

---

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

2021



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

---

**GILTON BATISTA BRITO**

Juiz Federal Diretor do Foro

**FERNANDO ESCRIVANI STEFANIU**

Juiz Federal Vice-Diretor do Foro

**LUIS CARLOS SOARES CAVALCANTE**

Diretor da Secretaria Administrativa

**LUCAS DA SILVA BERNARDINO**

Contador Responsável  
Setor Técnico de Contabilidade



## SUMÁRIO

Apresentação .....	4
Declaração Anual do Contador.....	6
1. Contexto Operacional .....	16
2. Base para elaboração das Demonstrações Contábeis .....	16
3. Resumo das Principais Políticas Contábeis .....	16
4. Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis .....	18
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa .....	18
Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo .....	18
Nota 03 – Estoques .....	19
Nota 04 – Imobilizado .....	20
Nota 05 – Ativo Intangível.....	22
Nota 06 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	23
Nota 07 - Ajustes de Exercícios Anteriores .....	24
Nota 08 - Atos Potenciais Passivos .....	24
Nota 09 – Taxas.....	25
Nota 10 – Transferências Intragovernamentais.....	25
Nota 11 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas.....	26
Nota 12 – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais.....	26
Nota 13 – Depreciação e Amortização .....	27
Nota 14 – Despesas Orçamentárias Correntes.....	28
Nota 15 – Despesas Orçamentárias de Capital.....	29
Nota 16 – Ingressos Extraorçamentários .....	30
Nota 17 – Aquisição de Ativo Não Circulante .....	31



## Apresentação

As demonstrações tem a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da Justiça Federal de Sergipe (JFSE).

As demonstrações contábeis e notas explicativas são de responsabilidade da Administração.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis. Os gestores por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações e os profissionais de contabilidade por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigirem eventuais inconsistências.

Nesse sentido, a conformidade contábil da JFSE é realizada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI pelo contador responsável que, além dos processos de conformidade realizados mensalmente, ao final do exercício emite a Declaração Anual do Contador, conforme previsto no item 5.4 da Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa a evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.



A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, ou seja, as entradas e as saídas de recursos durante o período e o resultado desse fluxo, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que este último não se aplica à Justiça Federal. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição o Patrimônio Líquido no exercício. No entanto, de acordo com o MCASP 8ª edição, essa demonstração é apenas obrigatória para empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedade anônima, sendo facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, contexto em que se enquadra a Justiça Federal da 5ª Região.

A seguir, são apresentadas a Declaração Anual do Contador, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.



## Declaração Anual do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 da Justiça Federal em Sergipe, UG 090011.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, **exceto** quanto os assuntos mencionados a seguir:

### 1. SALDO CONTÁBIL DO ALMOX. NÃO CONFERE C/RMA

A restrição acima fora informada durante todo o exercício. Embora haja comissão constituída para fins de inventário de bens de consumo, não houve início dos trabalhos.

Conta Contábil Número	Conta Contábil Nome	Conta Corrente	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	RMA	DIFERENÇA
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	1	202,20	202,20	-
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	7	6.253,50	5.999,39	254,11
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	16	17.805,79	47.335,77	-29.529,98
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	17	47.663,34	49.285,43	-1.622,09
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	19	1.456,92	1.310,70	146,22
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	21	7.933,18	8.547,98	-614,80
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	22	69.485,42	79.035,44	-9.550,02
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	23	840,25	-	840,25



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	24	72.912,67	72.181,59	731,08
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	25	2.232,27	2.842,69	-610,42
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	26	49.644,97	52.398,24	-2.753,27
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	28	3.205,48	2.633,89	571,59
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	29	24.781,25	39,50	24.741,75
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	31	2,10	-	2,10
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	36	8.467,59	7.550,50	917,09
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	40	149,00	-	149,00
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	42	5.827,86	-	5.827,86
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	50	9.361,37	9.231,37	130,00
TOTAL			328.225,16	338.594,69	-10.369,53

## 2. SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB

A restrição acima fora informada durante todo o exercício. Embora haja comissão constituída para fins de inventário de bens de permanentes, não houve início dos trabalhos.

Conta Contábil Número	Conta Contábil Nome	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	RMB	DIFERENÇA
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	4.102,85	3.882,95	219,90
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	208.957,37	237.557,93	-28.600,56
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	26.932,07	14.569,09	12.362,98
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	151.757,01	30.634,96	121.122,05
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	137.940,72	272.248,65	-134.307,93
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	2.563,90	797,93	1.765,97
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	7.168,72	6.076,70	1.092,02
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	73.502,60	16.521,60	56.981,00
123110124	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	150.429,40		150.429,40
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	129.741,75	92.548,62	37.193,13
123110201	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	11.028.675,66	9.617.873,08	1.410.802,58
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	271.409,98	895.717,99	-624.308,01



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	383.460,79	26.878,31	356.582,48
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	2.370.349,51	2.347.771,55	22.577,96
123110402	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	123.179,03	123.611,03	-432,00
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	419.098,74	1.234.967,45	-815.868,71
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	1.046.544,35	941.387,22	105.157,13
123110701	= BENS MOVEIS EM ELABORACAO	5.000,00		5.000,00
124110101	= SOFTWARES	468.781,86	333.781,86	135.000,00
TOTAL		17.009.596,31	16.196.826,92	812.769,39

### 3. FALTA/REG.INCOMP. DEPREC. AMORT, EX. AT. IMOB

A restrição acima fora informada durante todo o exercício. Em consulta a área técnica, verificou-se que na adoção inicial dos procedimentos patrimoniais não houve a realização de inventário de bens, no intuito de conciliar a base dos sistemas. Assim, suspendeu-se os registros mensais de depreciação até que haja a consistência entre os sistemas de controle e a adoção, na essência, dos procedimentos patrimoniais (PA SEI 0000921-04.2020.4.05.7300).

### 4. FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS / IMOVEIS /INTANGÍVEIS OUTROS

Em consulta a área técnica, sob a ótica da implementação dos procedimentos patrimoniais de depreciação, informou-se que, além de não ter ocorrido inventário de conciliação da base dos bens, também não houve avaliações a valor justo, conforme processo SEI 0000640-48.2020.4.05.7300.

### 5. SLD ALONG/INDEV. CONTAS TRANS. AT. Ñ. CIRC-IMOBIL

Valores de obras finalizadas constantes como Obras em Andamento no valor de R\$ 946.233,83. A área técnica informou a abertura do processo no intuito de proceder a avaliação a valor de mercado dos imóveis. Até o encerramento das demonstrações, não houve informação de finalização dos trabalhos.

Aracaju -SE, 11/01/2021.

Lucas da Silva Bernardino

CRC DF-023555/O-6 T-SE



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

## Demonstrações Contábeis

### BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Reais

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Ativo Circulante</b>		<b>2.415.882,55</b>	<b>1.043.244,62</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>01</u>	885.901,97	549.480,12
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>02</u>	1.201.755,42	
Estoques	<u>03</u>	328.225,16	493.764,50
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>39.850.760,24</b>	<b>40.121.886,01</b>
<b>Imobilizado</b>	<u>04</u>	<b>39.397.575,05</b>	<b>39.498.266,73</b>
Bens Móveis		11.607.188,90	9.994.958,79
Bens Móveis		16.713.017,21	17.587.236,96
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-5.105.828,31	-7.592.278,17
Bens Imóveis		27.790.386,15	29.503.307,94
Bens Imóveis		29.226.233,02	30.785.259,25
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.435.846,87	-1.281.951,31
<b>Intangível</b>	<u>05</u>	<b>453.185,19</b>	<b>623.619,28</b>
Softwares		453.185,19	623.619,28
Softwares		468.781,86	623.619,28
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-15.596,67	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>42.266.642,79</b>	<b>41.165.130,63</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>443.072,87</b>	<b>335.159,52</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>06</u>	442.503,82	334.523,55
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-	66,92
Demais Obrigações a Curto Prazo	-	569,05	569,05
<b>Passivo Não Circulante</b>			
<b>Total do Passivo</b>		<b>443.072,87</b>	<b>335.159,52</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
<b>Resultados Acumulados</b>		<b>41.823.569,92</b>	<b>40.829.971,11</b>
Resultado do Exercício		2.501.591,87	1.819.573,18
Resultados de Exercícios Anteriores		40.829.971,11	39.798.230,79
Ajustes de Exercícios Anteriores	<u>07</u>	-1.507.993,06	-787.832,86
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>41.823.569,92</b>	<b>40.829.971,11</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>42.266.642,79</b>	<b>41.165.130,63</b>

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

**QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

R\$ Reais

	Nota	2021	2020
<b>Ativo (I)</b>			
Ativo Financeiro		887.369,28	549.480,12
Ativo Permanente		41.379.273,51	40.615.650,51
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>42.266.642,79</b>	<b>41.165.130,63</b>
	Nota	2021	2020
<b>Passivo (II)</b>			
Passivo Financeiro		1.511.519,59	1.217.923,96
Passivo Permanente		442.503,82	334.523,55
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.954.023,41</b>	<b>1.552.447,51</b>
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I-II)</b>	-	<b>40.312.619,38</b>	<b>39.612.683,12</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO DE COMPENSAÇÕES**

R\$ Reais

	Nota	2021	2020
<b>Atos Potenciais Ativos</b>			
Execução dos Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar			
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.			
Direitos Contratuais a Executar			
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		-	-
<b>Atos Potenciais Passivos</b>		<b>7.477.549,50</b>	<b>7.053.041,21</b>
Execução dos Atos Potenciais Passivos		7.477.549,50	7.053.041,21
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar			
Obrigações Contratuais a Executar	<u>08</u>	7.477.549,50	7.053.041,21
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar			
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	-	<b>7.477.549,50</b>	<b>7.053.041,21</b>

Fonte: SIAFI

**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

R\$ Reais

	2021
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-628.498,90</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>4.348,59</b>
Previdência Social (RPPS)	1.467,31
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.881,28
<b>TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>-624.150,31</b>

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

R\$ Reais

	Nota	2021	2020
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>		<b>111.449.667,96</b>	<b>109.150.974,08</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>797.535,70</b>	<b>851.749,38</b>
Taxas	<u>09</u>	797.535,70	851.749,38
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>119.431,23</b>	<b>24.504,04</b>
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		119.431,23	24.504,04
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>109.398.699,43</b>	<b>106.233.133,46</b>
Transferências Intragovernamentais	<u>10</u>	109.322.859,99	106.233.133,46
Transferências Intergovernamentais			
Outras Transferências e Delegações Recebidas		75.839,44	
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>0,00</b>	<b>1.402.568,71</b>
Reavaliação de Ativos	-		1.399.217,81
Ganhos com Incorporação de Ativos	-		3.350,90
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>1.134.001,60</b>	<b>639.018,49</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	<u>11</u>	1.134.001,60	639.018,49
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>		<b>108.948.076,09</b>	<b>107.331.400,90</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<u>12</u>	<b>78.293.500,61</b>	<b>76.435.136,42</b>
Remuneração a Pessoal		59.688.279,80	58.469.572,35
Encargos Patronais		13.049.293,32	12.571.077,00
Benefícios a Pessoal		3.577.717,85	3.929.305,93
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		1.978.209,64	1.465.181,14
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>17.754.651,45</b>	<b>17.187.509,65</b>
Aposentadorias e Reformas		14.525.477,28	14.012.306,65
Pensões		2.213.411,59	2.206.972,03
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.015.762,58	968.230,97
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>9.576.410,38</b>	<b>10.129.538,78</b>
Uso de Material de Consumo		328.273,07	280.861,70
Serviços		8.932.006,85	9.068.584,38
Depreciação, Amortização e Exaustão	<u>13</u>	316.130,46	780.092,70
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>0,00</b>	<b>1.010,64</b>
Descontos Financeiros Concedidos			1.010,64
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>2.589.442,11</b>	<b>1.577.370,42</b>
Transferências Intragovernamentais		2.131.989,49	1.529.506,21
Outras Transferências e Delegações Concedidas		457.452,62	47.864,21
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>194.789,68</b>	<b>1.462.101,25</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-		
Desincorporação de Ativos		194.789,68	1.462.101,25
<b>Tributárias</b>		<b>539.281,86</b>	<b>538.133,74</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		915,31	1.252,09
Contribuições		538.366,55	536.881,65
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>0,00</b>	<b>600,00</b>
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas			600,00
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)</b>		<b>2.501.591,87</b>	<b>1.819.573,18</b>

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

R\$ Reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Correntes (I)		-	-	-	-
Receitas de Capital (II)		-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS (IV) = (I+II+III)</b>	<b>10</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)		-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV + V)		-	-	-	-
Déficit (VII)				109.266.153,11	109.266.153,11
<b>TOTAL (VIII) = (VI+VII)</b>		-	-	<b>109.266.153,11</b>	<b>109.266.153,11</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>					
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-

Fonte: SIAFI

R\$ Reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>Despesas Correntes (IX)</b>	<b>14</b>	-	-	<b>107.764.798,49</b>	<b>107.364.601,75</b>	<b>107.364.601,75</b>	<b>-107.764.798,49</b>
Pessoal e Encargos Sociais				92.618.743,78	92.538.712,79	92.538.712,79	-92.618.743,78
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes				15.146.054,71	14.825.888,96	14.825.888,96	-15.146.054,71
<b>Despesas de Capital (X)</b>	<b>15</b>	-	-	<b>1.501.354,62</b>	<b>450.467,84</b>	<b>450.467,84</b>	<b>-1.501.354,62</b>
Investimentos				1.501.354,62	450.467,84	450.467,84	-1.501.354,62
Inversões Financeiras				-	-	-	-
Amortização da Dívida				-	-	-	-
Reserva de Contingência (XI)		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XII) = (IX+X+XI)</b>		-	-	<b>109.266.153,11</b>	<b>107.815.069,59</b>	<b>107.815.069,59</b>	<b>-109.266.153,11</b>
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XIII)		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV) = (XII+XIII)</b>		-	-	<b>109.266.153,11</b>	<b>107.815.069,59</b>	<b>107.815.069,59</b>	<b>-109.266.153,11</b>
Superávit (XV)							
<b>TOTAL (XVI) = (XIV+XV)</b>		-	-	<b>109.266.153,11</b>	<b>107.815.069,59</b>	<b>107.815.069,59</b>	<b>-109.266.153,11</b>

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$ Reais

Nota	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
<b>Despesas Correntes</b>	-	<b>493.961,49</b>	<b>428.942,18</b>	<b>428.942,18</b>	<b>65.019,31</b>	<b>0,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	304.690,41	304.003,88	304.003,88	686,53	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	189.271,08	124.938,30	124.938,30	64.332,78	0,00
<b>Despesas de Capital</b>	-	<b>723.326,50</b>	<b>659.871,18</b>	<b>659.871,18</b>	<b>3.588,30</b>	<b>59.867,02</b>
Investimentos	-	723.326,50	659.871,18	659.871,18	3588,3	59.867,02
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>1.217.287,99</b>	<b>1.088.813,36</b>	<b>1.088.813,36</b>	<b>68.607,61</b>	<b>59.867,02</b>

Fonte: SIAFI

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS  
LIQUIDADOS

R\$ Reais

Nota	Inscritos		Pagos ©	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
<b>Despesas Correntes</b>	-	<b>635,97</b>	<b>66,92</b>	-	<b>569,05</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	357,2	-	-	357,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	278,77	66,92	-	211,85
<b>Despesas de Capital</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>635,97</b>	<b>66,92</b>	-	<b>569,05</b>

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>		R\$ Reais	
	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>INGRESSOS</b>			
<b>Receitas Orçamentárias (I)</b>			
<b>Ordinárias</b>			
<b>Vinculadas</b>			
Previdência Social (RPPS)		-	-
Recursos a Classificar		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>10</b>	<b>109.322.859,99</b>	<b>106.233.133,46</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		108.610.250,83	105.883.727,54
Sub-repasso Recebido		108.610.250,83	105.883.727,54
Independentes da Execução Orçamentária		712.609,16	349.405,92
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		702.891,70	334.160,98
Demais Transferências Recebidas		4.858,73	6.057,69
Movimentação de Saldos Patrimoniais		4.858,73	9.187,25
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>16</b>	<b>3.513.270,31</b>	<b>2.823.137,40</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		-	635,97
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.451.083,52	1.217.287,99
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		11.512,96	90.952,17
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.050.673,83	1.514.261,27
Arrecadação de Outra Unidade		2.050.673,83	1.514.261,27
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>549.480,12</b>	<b>935.651,75</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		549.480,12	935.651,75
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>		<b>113.385.610,42</b>	<b>109.991.922,61</b>
<b>DISPÊNDIOS</b>			
<b>Despesas Orçamentárias (VI)</b>			
<b>Ordinárias</b>			
<b>Vinculadas</b>			
Seguridade Social (Exceto Previdência)		4.125.789,81	1.039.612,63
Previdência Social (RPPS)		16.746.930,60	15.514.276,22
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.440.569,52	959.947,50
Recursos a Classificar		-	-
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>2.131.694,79</b>	<b>1.529.506,21</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		71.303,50	-
Sub-repasso Concedido		71.303,50	-
Sub-repasso Devolvido		-	-
Independentes da Execução Orçamentária		2.060.391,29	1.529.506,21
Movimento de Saldos Patrimoniais		2.060.391,29	1.529.506,21
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>1.101.565,85</b>	<b>1.308.382,48</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		66,92	-
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.088.813,36	1.217.430,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		11.218,26	90.952,17
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.467,31	-
Valores Compensados		1.467,31	-
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>886.196,67</b>	<b>549.480,12</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		886.196,67	549.480,12
<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>		<b>113.385.610,42</b>	<b>109.991.922,61</b>

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

R\$ Reais

	Nota	2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</b>		<b>1.446.760,87</b>	<b>1.296.408,90</b>
<b>Ingressos</b>		<b>111.385.046,78</b>	<b>107.838.346,90</b>
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais	<b>10</b>	111.385.046,78	107.838.346,90
<b>Desembolsos</b>		<b>109.938.285,91</b>	<b>106.541.938,00</b>
Pessoal e Demais Despesas		-94.185.486,64	-91.813.507,55
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-13.608.124,21	-13.107.972,07
Outros Desembolsos Operacionais		-2.144.675,06	-1.620.458,38
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>		<b>-1.110.339,02</b>	<b>-1.682.580,53</b>
<b>Ingressos</b>			
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
<b>Desembolsos</b>		<b>-1.110.339,02</b>	<b>-1.682.580,53</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	<b>17</b>	-832.426,82	-1.668.150,53
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-277.912,20	-14.430,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>			
<b>Ingressos</b>			
Operações de Crédito		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
<b>Desembolsos</b>			
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)</b>		<b>336.421,85</b>	<b>-386.171,63</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</b>		<b>549.480,12</b>	<b>935.651,75</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Final</b>		<b>885.901,97</b>	<b>549.480,12</b>

Fonte: SIAFI



## Notas Explicativas

### 1. Contexto Operacional

A Seção Judiciária de Sergipe é órgão de primeira instância da Justiça Federal, que compõe o Poder Judiciário Federal, sendo constituída por nove Varas Federais. A Justiça Federal em Sergipe (JFSE) tem sua sede no Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral localizado na Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500 – Bairro Capucho – Aracaju/SE.

A competência da JFSE está definida no artigo 109 da Constituição Federal de 1988.

### 2. Base para elaboração das Demonstrações Contábeis

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis representam o modelo elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, as quais foram extraídas do Sistema Integrado de Administração do Governo Federal – SIAFI, e estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto as Restrições que constam da Declaração do Contador.

Para elaboração destas notas explicativas foi levada em consideração a relevância, materialidade e custo benefício da informação.

Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

### 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

#### 3.1 Moeda Funcional

A moeda funcional é o real. Frise-se que as demonstrações estão apresentadas com valores em unidades de real (R\$).



### 3.2 Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

### 3.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

### 3.4 Estoques

São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e (ii) na saída, pelo custo médio ponderado.

### 3.5 Imobilizado

É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação e amortização, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

### 3.6 Intangível

São os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).



#### 4. Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

##### Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo apresentado representa o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão de Programação Financeira para atender despesas com vinculação específica de pagamento. O detalhamento do saldo do limite de saque consta da tabela abaixo:

##### Caixa e Equivalente de Caixa - Composição

Fonte/Vinculação	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
F 0100 RECURSOS DE LIVRE APLICAÇÃO	827.083,49	456.595,47	93,36%	81,14%
F 0127 CUSTAS JUDICIAIS	58.818,48	48.776,51	6,64%	20,59%
Demais		44.108,14		
<b>Total</b>	<b>885.901,97</b>	<b>549.480,12</b>		

Fonte: Siafi

##### Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores de adiantamento concedido a pessoal (13º salário, adiantamento de férias e salários e ordenados – pagamento antecipado, cujo fato gerador refere-se a janeiro de 2022.

Ressalta-se que a partir deste exercício, a JFSE passou a pagar o auxílio-alimentação e auxílio-transporte de servidores e de magistrados na folha de pagamento do mês anterior ao de competência deste benefício. Desta forma, o saldo corresponde aos valores de janeiro de 2022, pagos antecipadamente em dezembro de 2021.



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

**Detalhamento – Demais créditos e valores a curto prazo**

Conta	31/12/2021	31/12/2020
1.1.3.1.1.01.01 13ª Salário - Adiantamento	560.180,34	-
1.1.3.1.1.01.02 Adiantamento de Férias	357.514,01	-
1.1.3.1.1.01.05 Salários e Ordenados – Pagamento antecipado	28.188,43	-
1.1.3.1.1.01.07 Adiantamento Auxílio-alimentação	250.520,20	-
1.1.3.1.1.01.08 Adiantamento Auxílio-transporte	3.885,13	-
1.1.3.2.1.00.00 Tributos a Recuperar/Compensar	1.467,31	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.201.755,42</b>	<b>-</b>

**Nota 03 – Estoques**

Compreende o saldo dos bens adquiridos para a utilização no curso normal das atividades ou para a manutenção do patrimônio da JFSE.

Este item, 1.1.5.6.01.00, apresenta, em 31/12/2021, a composição a seguir por subitem:

**Detalhamento – Almoxarifado**

Conta	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
1 COMBUSTÍVEIS/LUBRIF. AUTOMOTIV	202,20	-	0,06%	-
03 COMBUSTIVEIS/LUBRIF. DIVERSOS	-	0,20	-	-
04 GÁS ENGARRAFADO	-	1.196,00	-	-
7 GÊNERO DE ALIMENTAÇÃO	6.253,50	3.398,29	1,91%	84,02%
09 MATERIAL FARMACOLÓGICO	-	45,00	-	-
11 MATERIAL QUIMICO	-	63,65	-	-
15 MAT. P/ FESTIVIDADES/HOMENAGEM	-	700,00	-	-
16 MATERIAL DE EXPEDIENTE	17.805,79	116.010,08	5,42%	-84,65%
17 MATERIAL PROCESSAMENTO DADOS	47.663,34	84.759,76	14,52%	-43,77%
19 MATERIAL ACONDIC. E EMBALAGEM	1.456,92	1.597,27	0,44%	-8,79%
20 MATERIAL CAMA E MESA	-	3,03	-	-
21 MATERIAL DE COPA E COZINHA	7.933,18	7.968,39	2,42%	-0,44%
22 MAT. LIMPEZA/PROD HIGIENIZAÇÃO	69.485,42	95.620,87	21,17%	-27,33%



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

23 UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTO	840,25	1.246,15	0,26%	-32,57%
24 MAT. MANUTENÇÃO BENS IMÓVEIS	72.912,67	73.730,58	22,21%	-1,11%
25 MAT. MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	2.232,27	3.078,18	0,68%	-27,48%
26 MATERIAL ELÉTRICO	49.644,97	60.698,30	15,13%	-18,21%
28 MATERIAL DE PROTEÇÃO/SEGURANÇA	3.205,48	3.990,57	0,98%	-19,67%
29 MATERIAL ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	24.781,25	39,50	7,55%	62637,34%
30 MATERIAL P/ COMUNICAÇÕES	-	1.048,52	-	-
31 SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	2,10	42,60	0,00%	-95,07%
36 MATERIAL HOSPITALAR	8.467,59	26.004,09	2,58%	-67,44%
39 MAT. MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	-	2.029,06	-	-
40 MATERIAL BIOLÓGICO	149,00	149,00	0,05%	0,00%
42 FERRAMENTAS	5.827,86	6.675,41	1,78%	-12,70%
50 BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	9.361,37	1.430,00	2,85%	554,64%
<b>TOTAL</b>	<b>328.225,16</b>	<b>491.524,50</b>		

Ressalta-se que o saldo apresentado no SIAFI não está alinhado ao relatório de controle do almoxarifado (RMA), conforme restrição apontada na Declaração do Contador.

Ressalta-se que uma comissão inventariante foi constituída, no intuito de sanar as pendências demonstradas, ajustando-se os controles administrativos e contábeis com a existência física dos bens.

Ainda, ocorreram ajustes de baixa de valores que não estavam representados no sistema de almoxarifado, pois ocorreram inconsistências em relatórios analíticos e o RMA do próprio de sistema, dentre os quais às contas que em 2021 apresentaram saldo final zerado contra saldo existente em 2020 do quadro acima.

#### **Nota 04 – Imobilizado**

##### Bens Móveis

Em 31/12/2021, os bens móveis apresentaram o detalhamento abaixo:



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

**Detalhamento – Bens Móveis**

<b>Conta</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	893.096,39	1.044.768,05	5,34%	-14,52%
BENS DE INFORMATICA	11.028.675,66	11.029.092,27	65,99%	0,00%
MOVEIS E UTENSILIOS	3.025.220,28	3.503.628,78	18,10%	-13,65%
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	542.277,77	639.068,57	3,24%	-15,15%
VEICULOS	1.046.544,35	1.198.476,53	6,26%	-12,68%
BENS MOVEIS EM ANDAMENTO	5.000,00	-	0,03%	-
DEMAIS BENS MOVEIS	172.202,76	172.202,76	1,03%	0,00%
<b>Valor Bruto Contábil</b>	<b>16.713.017,21</b>	<b>17.587.236,96</b>		
<b>(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis</b>	<b>-5.105.828,31</b>	<b>-7.592.278,17</b>		
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>11.607.188,90</b>	<b>9.994.958,79</b>		

Fonte: Siafi

Ressalta-se que o saldo do SIAFI evidenciado no balanço patrimonial não está alinhado ao controle do sistema de bens, conforme evidenciado na restrição apontada na Declaração do Contador. Uma comissão inventariante foi constituída no intuito de sanar as pendências demonstradas, ajustando-se os controles administrativos e contábeis com a existência física dos bens.

**Bens Imóveis**

Em 31/12/2021, os bens imóveis apresentam o detalhamento abaixo:

**Detalhamento – Bens Imóveis**

<b>Conta</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	26.298.348,31	26.298.348,31	89,98%	0,00%
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	1.769.823,62	1.189.487,30	6,06%	48,79%
INSTALACOES	50.369,00	1.998.211,88	0,17%	-97,48%
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	1.107.692,09	1.299.211,76	3,79%	-14,74%
<b>Valor Bruto Contábil</b>	<b>29.226.233,02</b>	<b>30.785.259,25</b>		-5,06%
<b>(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis</b>	<b>-815.170,73</b>	<b>-781.744,75</b>		4,28%
<b>(-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis</b>	<b>-620.676,14</b>	<b>-500.206,56</b>		24,08%
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>27.790.386,15</b>	<b>29.503.307,94</b>		-5,81%

Fonte: Siafi



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

Os “Bens de Uso Especial” representaram 89,98% do valor bruto contábil dos bens imóveis em 31/12/2021. Sua composição é apresentada na tabela abaixo.

Conta	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Edifícios	25.993.954,72	25.993.954,72	88,94%	0,00%
Armazéns/Galpões	304.393,59	304.393,59	1,04%	0,00%
<b>(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis</b>	<b>-815.170,73</b>	<b>-781.744,75</b>		4,28%
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>25.483.177,58</b>	<b>25.516.603,56</b>		-0,13%

Fonte: Siafi

O saldo em 31/12/2021 de Bens Imóveis em Andamento referem-se aos valores de Obras em andamento de reformas, conforme abaixo:

Obras em Andamento	31/12/2021	AV
Sede	1.235.149,86	69,79%
Itabaiana	409.640,78	23,15%
Estância	47.132,98	2,66%
Estudos e Projetos	77.900,00	4,40%
<b>TOTAL</b>	<b>1.769.823,62</b>	100%

O saldo em Benfeitorias em propriedade de terceiros refere-se a obras/reformas realizadas em edifícios de terceiros onde se localizam a 5ª Vara e 8ª Vara, os quais estão sendo amortizados com base no prazo contratual de locação dos imóveis.

#### Nota 05 – Ativo Intangível

Os valores referentes a ativo intangível da JFSE referem-se a licenças de uso de software. Após trabalho de levantamento e ajuste a valor de mercado dos softwares existentes na unidade, ocorreram ajustes de reclassificação de vida útil indefinida para definida e baixas de itens não considerados como ativo. A definição da vida útil foi realizada com base na vigência dos contratos de atualização dos softwares, visto que seria o período de maior potencial de serviço gerado. A maioria dos itens utilizaram o prazo de 03 anos para a amortização. O ajuste a valor de mercado deu-se com base no próprio custo de aquisição das renovações das licenças adquiridas recentemente, amortizando-se os meses que já haviam decorrido.



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

Ressalta-se que após o trabalho não ocorreram classificações como software de vida útil indefinida, quando não for possível a definição do período de uso.

O ativo intangível, em 31/12/2021, é composto conforme quadro abaixo.

**Detalhamento – Intangível**

<b>Conta</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Software com Vida Útil Definida	468.781,86	81.930,00
Software com Vida Útil Indefinida	-	541.689,28
(-) Amortização Acumulada	-15.596,67	-
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>453.185,19</b>	<b>623.619,28</b>

Fonte: Siafi

**Nota 06 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Do saldo apresentado no balanço, 97% refere-se ao reconhecimento por competências de 1/12 avos das férias. A JFSE realiza as apropriações por competência de férias e décimo terceiro a pagar com base em estimativa extraída das contas orçamentárias de pessoal, por meio de planilha excel, utilizando-se parcialmente de informações extraídas do relatório do sistema de gestão de pessoal, as quais formam o custo de férias (BRPF). Assim, o reconhecimento mensal dar-se por meio de 1/12 avos da estimativa extraída das contas orçamentárias. Por conseguinte, ocorre a reversão da VPD de Remuneração para a conta de ativo de Adiantamento de Férias, com base no relatório do sistema de gestão de pessoas, que evidencia o custo de remuneração dos servidores que estavam de férias no período. Por conseguinte, mês a mês é realizado o confronto das contas de adiantamento do ativo e décimo terceiro e férias a pagar.



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

### Nota 07 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Essa conta registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Basicamente, no exercício de 2021, os valores referem-se a erro imputável a exercício anterior, tendo como valores mais representativos, proporcionais ao saldo, os dispostos a seguir:

#### Detalhamento – Ajustes de Exercícios Anteriores

Descrição	31/12/2021	AV
PAGAMENTO CORRESPONDENTE REEMBOLSO DE DESPESAS EFETUADAS COM PAGAMENTO DA REMUNERACAO DOS SERVIDORES/POLICIAIS MILITARES ANDREAZZA BATISTA SANTOS, CLEVERTON BISPO SANTOS, PAULO HENRIQUE MELO BARRETO E ADALBERTO UMBELINO SANTANA JUNIOR, CORRESPONDENTE A 2ª PARCELA DA GRATIFICACAO NATALINA DO ANO DE 2014 E O VALOR DO PATRONAL A ELA CORRESPONDENTE, BEM COMO OS VALORES REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014. PA 951-10/2018.	-277.779,61	18,42%
AJUSTE DE BAIXA DE DIREITO DE ATUALIZACAO E SUPORTE DE SOFTWARE VISTO A CLASSIFICACAO COMO SERVICO NO RELATORIO DE INVENTARIO E AVALIACAO CONSTANTE NO PA SEI 0001121-45.2019.4.05.7300.	-121.790,00	8,08%
AJUSTE DE BAIXA DE DIREITO DE ATUALIZACAO E SUPORTE DE SOFTWARE VISTO A CLASSIFICACAO COMO SERVICO NO RELATORIO DE INVENTARIO DE AVALIACAO CONSTANTE NO PA SEI 0001121-45.2019.4.05.7300.	-196.679,28	13,04%
REGISTRO CONTABIL DE PASSIVOS DE AUXILIO ALIMENTACAO - P.A. 3039-16/2021.	-371.594,12	24,64%
<b>SALDO FINAL</b>	<b>-1.507.993,06</b>	

Fonte: Siafi

### Nota 08 - Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos referem-se a obrigações contratuais que compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros. Estão compostas da seguinte forma:

#### Detalhamento – Atos Potenciais Passivos

Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
812310101 = CONTRATOS DE SEGUROS EM EXECUCAO	65.732,63	14.430,00	0,88%	355,53%
812310201 = CONTRATOS DE SERVICOS EM EXECUCAO	5.249.765,43	6.698.702,83	70,21%	-21,63%
812310301 = CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUCAO	2.136.201,56	6.807,44	28,57%	31280,39%
812310401 = CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUCAO	25.849,88	333.100,94	0,35%	-92,24%
<b>Total</b>	<b>7.477.549,50</b>	<b>7.053.041,21</b>		

Fonte: Siafi



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

Ressalta-se que, tendo em vista a disponibilização de pessoal reduzida, não há acompanhamento mensal das contas que compõem os atos potencias. Ainda, o acompanhamento é feito contrato a contrato, o que dificulta a abrangência.

Mesmo diante disso, ressalta-se que do saldo constante em Serviços em Execução, destaca-se principalmente os serviços de limpeza e conservação predial. Quanto ao aluguel em execução, destaca-se o contrato referente à locação de imóvel galpão.

### Nota 09 – Taxas

Nesse subgrupo está a arrecadação de receitas a título de custas judiciais, cujos valores são recolhidos em favor do Tesouro Nacional.

### Nota 10 – Transferências Intragovernamentais

Na Justiça Federal não existe o registro da previsão e realização de receita orçamentária, pois a entidade não possui a função precípua de arrecadação de receitas. Os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias são através de transferência financeiras recebidas (sub-repasses).

Nos demonstrativos financeiros os valores são apresentados conforme abaixo:

#### Evidenciação sub-repasse entre demonstrativos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	AH
<b>Demonstração das Variações Patrimoniais</b>			
Transferências Intragovernamentais			
<b>Balanco Financeiro</b>			
Transferências Financeiras Recebidas	109.322.859,99	106.233.133,46	2,91%
<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>			
Outros Ingressos Operacionais			
Transferências Financeiras Recebidas			

Fonte: Siafi

#### Detalhamento – Transferências

	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Sub-repasse Recebido	108.610.250,83	105.883.727,54	99,35%	2,58%
Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar	702.891,70	334.160,98	0,64%	110,35%
Demais Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária	4.858,73	6.057,69	0,00%	-19,79%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.858,73	9.187,25	0,00%	-47,11%
<b>Total das Transferências Intragovernamentais</b>	<b>109.322.859,99</b>	<b>106.233.133,46</b>		

Fonte: Siafi

Nesse subgrupo, o item mais representativo (99,35%) são os sub-repasses recebidos da Setorial Financeira para o pagamento das despesas orçamentárias.

### Nota 11 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O subgrupo “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” tem por função consignar as variações patrimoniais aumentativas não classificadas em subgrupos específicos.

Do saldo de R\$ 1.134.001,60 apresentado no balanço, 99,64% referem-se a restituições. Desse percentual, destaca-se que grande parte é associado a ressarcimento de honorários periciais recolhidos à STN.

### Nota 12 – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Em 2021, as despesas, pelo regime de competência, com os subgrupos de remuneração a pessoal, encargos patronais, benefícios a pessoal, outras VPD – pessoal e encargos e benefícios previdenciários e assistenciais representaram 88,16% do total das variações patrimoniais diminutivas.

	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>78.293.500,61</b>	<b>76.435.136,42</b>	<b>100,00%</b>	
Remuneração a Pessoal	59.688.279,80	58.469.572,35	76,24%	2,08%
Encargos Patronais	13.049.293,32	12.571.077,00	16,67%	3,80%
Benefícios a Pessoal	3.577.717,85	3.929.305,93	4,57%	-8,95%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas	1.978.209,64	1.465.181,14	2,53%	35,01%
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>17.754.651,45</b>	<b>17.187.509,65</b>	<b>100,00%</b>	
Aposentadorias e Reformas	14.525.477,28	14.012.306,65	81,81%	3,66%
Pensões	2.213.411,59	2.206.972,03	12,47%	0,29%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.015.762,58	968.230,97	5,72%	4,91%

Fonte: Siafi



### **Nota 13 – Depreciação e Amortização**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível.

#### **Bens Móveis**

O método de cálculo desses encargos é o das quotas constantes, conforme vida útil definida na Macrofunção SIAFI 020330. Ressalta-se que os registros contábeis patrimoniais de depreciação dos bens móveis na JFSE estavam ocorrendo desde o exercício de 2010, no entanto a implementação fora feita sem a adoção inicial de inventário de bens, conciliação com o sistema contábil, fixação de data de corte para objetivar a verificação da fidedignidade da base monetária e a avaliação a valor justo. Diante disso, os registros mensais de depreciação foram suspensos, visto também as divergências apontadas entre os sistemas de controle de bens e saldos contábeis, com o intuito de se realizar o inventário e avaliação para posterior ajustes contábeis necessários e implementação dos procedimentos de depreciação.

#### **Bens Imóveis**

Os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), seguem critérios específicos.

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU. O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 7º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014). A depreciação acumulada dos bens imóveis tem sido registrada pela Secretaria do Tesouro Nacional com base nas informações do SPIUnet enviadas pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

Quanto à amortização, conforme dito em momento anterior, os softwares foram objeto de ajustes neste exercício, sendo incluídos e amortizados no sistema de bens pelo prazo da



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

licença de atualização. Por sua vez, as benfeitorias em propriedade de terceiros são amortizadas segundo o prazo de vigência do contrato de locação.

#### Nota 14 – Despesas Orçamentárias Correntes

Destaca-se o grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, que representa 84,76% da despesa, cuja segregação é evidenciada na tabela a seguir, com base no saldo da despesa empenhada.

##### Detalhamento – Pessoal e Encargos Sociais

	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	14.490.184,17	14.274.033,61	15,64%	1,51%
PENSOES	2.234.796,45	2.206.972,04	2,41%	1,26%
CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	192.128,78	182.258,32	0,21%	5,42%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	59.283.195,44	56.790.187,87	64,01%	4,39%
OBRIGACOES PATRONAIS	12.856.272,84	12.387.620,37	13,88%	3,78%
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.348.632,54	1.126.145,02	1,46%	19,76%
SENTENCAS JUDICIAIS	21.949,98	73.910,47	0,02%	-70,30%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	517.377,82	1.386.927,28	0,56%	-62,70%
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	1.674.205,76	1.769.871,55	1,81%	-5,41%
<b>TOTAL PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>92.618.743,78</b>	<b>90.197.926,53</b>	100,00%	

Fonte: Siafi

Em relação às despesas empenhadas, é possível perceber uma redução de -70,30% em Sentenças Judiciais, bem como -62,70% em Despesas de Exercícios Anteriores.

Já as “Outras Despesas Correntes” são detalhadas conforme tabela a seguir, com base no saldo da despesa empenhada.



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

**Detalhamento – Outras Despesas Correntes**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	505.157,71	558.305,26	3,34%	-9,52%
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	91.150,47	58.133,71	0,60%	56,79%
MATERIAL DE CONSUMO	254.733,38	340.563,52	1,68%	-25,20%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	19.668,69	3.943,83	0,13%	398,72%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	2.734.227,75	2.650.037,70	18,05%	3,18%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.738.346,29	2.682.866,07	18,08%	2,07%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	2.243.069,38	1.987.675,47	14,81%	12,85%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	1.255.120,16	1.448.076,11	8,29%	-13,32%
AUXILIO-ALIMENTACAO	3.024.981,83	2.989.943,89	19,97%	1,17%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	539.281,86	526.739,42	3,56%	2,38%
AUXILIO-TRANSPORTE	36.423,93	47.358,95	0,24%	-23,09%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	396.675,39	246.214,51	2,62%	61,11%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.307.217,87	1.339.149,28	8,63%	-2,38%
<b>TOTAL PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>15.146.054,71</b>	<b>14.879.007,72</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: Siafi

Dos elementos que possuem maior participação em relação ao total, percebe-se uma manutenção do nível de gastos, apenas com pequena variação, exceto em relação aos outros serviços de terceiros – PJ, a qual teve uma redução de -13,32%.

**Nota 15 – Despesas Orçamentárias de Capital**

Destaca-se os gastos com investimentos, conforme detalhamento na tabela a seguir, com base no saldo da despesa empenhada.

**Detalhamento – Investimentos**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	277.912,20	14.430,00	18,51%	1825,93%
OBRAS E INSTALACOES	1.166.340,42	1.158.081,76	77,69%	0,71%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	57.102,00	355.107,79	3,80%	-83,92%
<b>TOTAL DESPESAS DE INVESTIMENTO</b>	<b>1.501.354,62</b>	<b>1.527.619,55</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: Siafi



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

Percebe-se que a despesa mais relevante no grupo se refere a Obras e Instalações, representando 77,69%. Tais gastos visaram atender às reformas dos edifícios mencionados na nota 04 – Imobilizado.

### Nota 16 – Ingressos Extraorçamentários

	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		635,97	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.451.083,52	1.217.287,99	41,30%	19,21%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.512,96	90.952,17	0,33%	-87,34%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.050.673,83	1.514.261,27	58,37%	35,42%
Arrecadação de Outra Unidade	2.050.673,83	1.514.261,27		
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>3.513.270,31</b>	<b>2.823.137,40</b>		

Fonte: Siafi

Em relação ao valor inscrito em restos a pagar não processado, segue a composição por elemento:

### Detalhamento – Restos a Pagar Não Processados

		31/12/2021	AV
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	80.030,99	5,52%
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	18.037,24	1,24%
	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	210.207,29	14,49%
	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	89.851,04	6,19%
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.070,18	0,14%
<b>INVESTIMENTOS</b>	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.050.886,78	72,42%
<b>TOTAL</b>		<b>1.451.083,52</b>	

Fonte: Siafi

A “Arrecadação de Outra Unidade” são recursos arrecadados pela JFSE, mas pertencente à receita orçamentária de outra unidade, transferidos à STN. Em termos de relevância em relação ao saldo, tem-se:



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

**Detalhamento – Arrecadação de Outra Unidade**

RA - Cód. Recolhimento		31/12/2021	AV
18710	STN-CUSTAS JUDICIAIS(CAIXA)	204.504,86	9,97%
18710	STN-CUSTAS JUDICIAIS(CAIXA)	477.181,64	23,27%
18740	STN-CUSTAS JUDICIAIS(CAIXA/BB)	67.481,27	3,29%
18811	STN TAXA DE USO DE IMOVEIS PUBLICOS	110.657,48	5,40%
18818	STN OUTRAS RESTITUICOES(DEDUCOES FOLHA )	343.199,79	16,73%
18862	RESSARC.PAGTO.HONORARIOS TECN.PERICIAIS	782.164,40	38,14%
<b>TOTAL</b>		<b>2.050.968,53</b>	

Fonte: Siafi

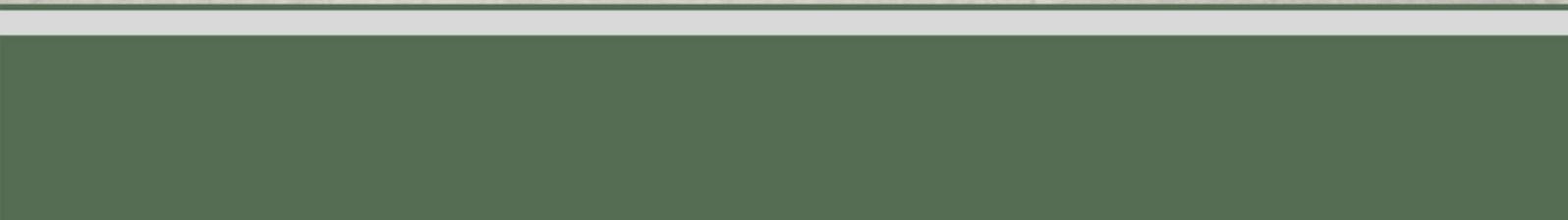
**Nota 17 – Aquisição de Ativo Não Circulante**

Em relação à aquisição de ativo não circulante, o valor evidenciado na DFC refere-se a desembolsos de obras e instalações e equipamentos e material permanente, conforme abaixo:

**Detalhamento – Aquisição de Ativo Não Circulante**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
<b>OBRAS E INSTALACOES</b>				
ESTUDOS E PROJETOS	5.000,00	46.740,00	0,60%	-89,30%
INSTALACOES	-	759.414,29	-	-
OBRAS EM ANDAMENTO	678.642,79	464.540,61	81,53%	46,09%
<b>EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</b>				
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	-	771,17	-	-
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	-	700	-	-
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	51.027,00	9.406,00	6,13%	442,49%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	-	25.435,65	-	-
EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	-	6.790,00	-	-
EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	-	111.100,00	-	-
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	6.075,00	64.926,00	0,73%	-90,64%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E RODOVIARIOS	-	20.548,00	-	-
MOBILIARIO EM GERAL	91.682,03	4.960,09	11,01%	1748,39%
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	-	61.318,72	-	-
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	-	91.500,00	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>832.426,82</b>	<b>1.668.150,53</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Siafi





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

## Relatório de Inconsistências Contábeis

### UG 090011

Este relatório refere-se aos principais itens de inconsistências contábeis das demonstrações contábeis do exercício de 2021 da Justiça Federal em Sergipe.

Inicialmente, apresenta-se as inconsistências que geraram restrição contábil:

#### 1. Divergência entre RMA vs SIAFI

Os saldos do RMA e SIAFI apresentam divergência total de R\$ 10.369,53, a qual corresponde a -3,06% em relação ao saldo siafi. Ressalta-se que ainda está em aguardo os trabalhos de inventário com objetivo de conciliar e ajustar os valores.

#### 2. Divergência entre RMB vs SIAFI, incluindo depreciação acumulada

Os saldos do RMB e SIAFI apresentam divergência total R\$ 812.712,39, correspondendo a 5,02% em relação ao siafi. Ainda, visto as divergências dos saldos dos bens e respectivas depreciações, suspendeu-se os registros mensais de depreciação acumulada até a implementação na essência dos procedimentos patrimoniais. Ainda está em aguardo dos trabalhos de inventário com objetivo de conciliar e ajustar os valores.

#### 3. Falta de avaliação a valor justo dos bens móveis

Conforme mencionado pela área técnica, na implementação da depreciação, não houve inventário nem avaliação a valor justo da base monetária, o que ocasionou a pendência contábil.

#### 4. Saldo alongado de ativo não circulante

Há saldo de obras em andamento já finalizada. Foi aberto processo no intuito de proceder a avaliação dos bens. Ainda está em aguardo dos trabalhos.



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

Por conseguinte, apresenta-se as inconsistências que não geraram restrição contábil:

1. Saldo alongado em conta de passivo

Valores nas contas de 218810199 Outros Consignatários - Banco do Estado de Sergipe e 218910200 Diárias a Pagar, conforme a seguir:

17 a 31/12/2020 há evidenciação de várias OBs, de cancelamento, em que o documento de origem é o 2020FL000192, nos valores de R\$ 307,73 e R\$ 49,47.

23 a 26/11/2020 há evidenciação de documentos em que o de origem é 2020AV000179 no valor de R\$ 211,85.

Foi dada a comunicação ao setor de execução, mas sem regularização até o momento.

2. Fato classificado incorretamente

Em 06/10/2021, documento 2021NS002244, houve o registro como Bens Móveis em Elaboração, no valor de R\$ 5.000,00, ref. A serviços de Estudos e Projetos.

Em 09/11/2021, documento 2021NP000401, ocorreu o pagamento ref. A assinatura anual de acesso a ferramenta de pesquisa de dados no valor de R\$ 9.875,00, lançado diretamente em VPD, e não como VPD Antecipada. Fato acontecido também com a contratação de serviços de seguro de veículos.

3. Demais impropriedades

No mês de novembro, utilizou-se a AFL003 em vez de AFL063 nos lançamentos de devolução de auxílio-alimentação e transporte.

Lançamento de décimo terceiro da GAJU líquido do abate-teto.

Amostragem verificada em julho de fatos que ainda não observam o regime de competência.

Aracaju -SE, 11/01/2021.

Lucas da Silva Bernardino

CRC DF-023555/O-6 T-SE